

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.017

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Diogo Durand de Medeiros¹

Kleber Fernando Rodrigues²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo se debruçar sobre o contexto de acessibilidade e inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), organizado em 16 campi espalhados pelo estado, sendo alguns compostos de um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, visando compreender as práticas e os desafios enfrentados pela comunidade surda, além de investigar de que forma as bibliotecas do IFPE podem promover a inclusão da pessoa surda na Educação Profissional e Tecnológica. A metodologia utilizada inclui revisão bibliográfica e análise de documentos nacionais e internacionais, com base em autores como Sasaki (2003), Mantoan (2015), Pacheco (2015), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) e as contribuições da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) com as Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Pessoas Surdas (2016). O estudo se desenvolve

- 1 Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), diogodurand@gmail.com;
- 2 Prof. Doutor do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), kleber@pesqueira.ifpe.edu.br;

através das modalidades da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Especial, com ênfase nos aspectos da educação inclusiva. A reflexão deste estudo faz parte de uma pesquisa que busca contribuir para a formulação de estratégias e políticas públicas que promovam a inclusão efetiva da comunidade surda nas bibliotecas do IFPE, reforçando a democratização do acesso à informação.

Palavras-chave: Biblioteca inclusiva, Surdez, Educação Profissional e Tecnológica.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um desafio contemporâneo e uma exigência ética e legal no campo educacional brasileiro. A busca por um ambiente educacional inclusivo, pautado no reconhecimento da diversidade humana e no respeito às diferenças, tem orientado políticas públicas, práticas pedagógicas, além de estudos acadêmicos nas últimas décadas. Nesse contexto, o acesso à informação é condição essencial para que o princípio da inclusão se concretize, especialmente nos espaços de mediação do conhecimento, como as bibliotecas.

Entre os diferentes públicos atendidos pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), destaca-se a comunidade surda, cujo acesso à informação ainda enfrenta barreiras significativas, principalmente de ordem comunicacional. Embora o Brasil tenha avançado em políticas voltadas à inclusão – como a Política Nacional de Educação

Especial Inclusiva (Pneei) (BRASIL, 2025) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) –, as práticas institucionais nem sempre acompanham o que está previsto na legislação. Mantoan (2015) ressalta que problemas conceituais, violações de direitos fundamentais, interpretações distorcidas das leis educacionais e manifestações de preconceito são fatores que prejudicam a inclusão escolar e impactam negativamente a participação de pessoas com deficiência no ensino regular.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), constitui elemento central para a inclusão da pessoa surda, pois viabiliza a comunicação nos sistemas educacionais federal, estaduais e municipais, a fim de garantir a inclusão de estudantes surdos(as) nos cursos de formação no sentido da construção do conhecimento em sua língua natural. Entretanto, a ausência de servidores capacitados em Libras, a falta de materiais acessíveis e de tecnologias assistivas nas bibliotecas são fatores que limitam o pleno acesso da pessoa surda às informações e aos serviços oferecidos.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REFEPCT), o IFPE representa um campo de estudo relevante, tanto por sua capilaridade – com 16 campi distribuídos pelo estado de Pernambuco – quanto pela presença de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), que têm como propósito desenvolver ações de acessibilidade e inclusão. Apesar disso, as condições de acessibilidades que incluem a comunidade surda nas bibliotecas da instituição ainda são pouco conhecidas, o que motivou a realização da presente pesquisa.

Autores como Sasaki (2006) e Mantoan (2015) defendem que a inclusão não se resume à presença física das pessoas com deficiência nos espaços educacionais, mas envolve transformações estruturais, culturais e atitudinais que garantam igualdade de oportunidades. Pacheco (2015) também ressalta que o projeto defendido pela REFEPCT, composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Universidade Tecnológica, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET-RJ e CEFET-MG) e pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e o Colégio Pedro II Rede Federal está alinhado com os valores democráticos, preconizando que as ações educativas sejam populares e acessíveis a todos. Nesse contexto de desigualdade social, os objetivos visam a construção de uma nova sociedade baseada na inclusão e na igualdade política, econômica e social:

Entretanto, não basta incluir em uma sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização, ou seja, a transformação do educando em sujeito da história. (PACHECO, 2015).

Em consonância, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2000) propõe diretrizes específicas para os serviços de biblioteca voltados às pessoas surdas, destacando a necessidade de formação profissional e de adaptação dos ambientes informacionais.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o contexto de acessibilidade e inclusão de estudantes surdos nas bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), analisando as práticas desenvolvidas e os desafios enfrentados nesse processo. Sendo assim, buscamos compreender como as bibliotecas podem contribuir para a efetivação do direito à inclusão e ao acesso à informação, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, pois deve-se à intenção de interpretar significados e contextos, e não de quantificar dados, conforme defende Minayo (2007); de caráter exploratório e de levantamento de campo, segundo Gil (2018), por buscar compreender, em profundidade, as práticas, percepções e desafios relacionados à inclusão de estudantes surdos(as) nas bibliotecas do IFPE.

Em função da distribuição dos campi do IFPE, em diversos municípios e regiões do Estado (metropolitana, zona da mata, agreste e sertão) selecionamos e organizamos os dados por “amostragem por conglomerados”, conforme Gil (2018, p. 101), entendendo que cada campus é um conglomerado e nos ajuda a dispor os dados levantados em um mapa, favorecendo a visualização das informações dispostas no campus, no município e na região e possibilitando uma análise mais ampla das condições de acessibilidade e inclusão. Dessa forma, o local de investigação abrangeu seis bibliotecas dos seguintes campi do IFPE: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Garanhuns, Pesqueira e Barreiros.

Os participantes da pesquisa foram seis servidores(as) – entre bibliotecário(a) e assistente em administração - atuantes nas bibliotecas selecionadas, que foram convidados(as) a responder a um questionário virtual - via *Google Forms* - contendo 12 questões abertas que abordavam aspectos relativos às acessibilidades comunicacional, atitudinal e metodológica. A elaboração do questionário teve como referência as Diretrizes para Serviços de Biblio-

teca para Pessoas Surdas publicada pela IFLA (2000). A coleta de dados ocorreu em duas etapas. Na primeira, contactamos os(as) servidores(as) das bibliotecas por e-mail institucional convidando-os(as) e apresentando sobre o propósito do estudo através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e quando devolvidos devidamente assinados, posteriormente, enviamos o link com o questionário da pesquisa.

Os dados foram analisados segundo a Análise de Conteúdo, na modalidade categorial temática, conforme proposta por Bardin (2011), que segundo a autora esta metodologia:

Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples. (BARDIN, 2011, p. 201).

Na sequência, a análise dos dados foi conduzida conforme as três etapas fundamentais sugeridas por Bardin (2011): a pré-análise (sistematização das ideias iniciais: transcrição dos dados coletados, organização em quadros, leitura flutuante e seleção dos documentos que sustentaram a análise), a exploração do material (codificação e categorização, neste caso, na forma de *a priori*, pois as categorias foram definidas previamente com base no referencial teórico adotado) e, por fim, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Sendo assim, três categorias analíticas principais orientaram o processo de análise, conforme o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Categorias utilizadas na pesquisa

Dimensão	Definição
Acessibilidade Atitudinal	Eliminação de atitudes e comportamentos que excluem ou discriminam pessoas com deficiência. (Brasil, 2015; Sassaki, 2009; Silva, 2012)
Acessibilidade Comunicacional	Assegurar a comunicação acessível por diferentes meios e linguas, como Libras, tecnologia etc. (Brasil, 2015; Sassaki, 2009; Miglioli, 2017; IFLA, 2000)
Acessibilidade Metodológica	Adaptação de métodos, estratégias e recursos às formas de aprendizagem da pessoa com deficiência. (Sassaki, 2009; Brasil, 2015)

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Referente ao aspecto ético da pesquisa, consideramos a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, ligado ao Ministério da Saúde, este estudo visa respeitar os princípios éticos e científicos que regem as pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto de pesquisa foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme o parecer consubstanciado sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 83822324.5.0000.5586, do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Frassinetti do Recife (UNIFAFIRE), através da Plataforma Brasil.

A confidencialidade das informações coletadas e a preservação da identidade dos participantes foram rigorosamente garantidas. A pesquisa não acarretou riscos à saúde física, psicológica ou moral dos participantes, uma vez que sua natureza é estritamente pedagógica. O risco mínimo associado refere-se ao constrangimento que poderia surgir da exposição das percepções dos participantes durante o preenchimento dos questionários e a possível manifestação de cansaço durante o questionário. Destacamos que a coleta de dados com os participantes da pesquisa só foi iniciada após a aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos junto aos profissionais das bibliotecas revelou que, embora existam iniciativas pontuais voltadas à inclusão, persistem barreiras significativas à efetivação da acessibilidade plena nas bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Essas barreiras se expressam especialmente nas dimensões atitudinal, comunicacional e metodológica, categorias analíticas que orientam a apresentação e discussão dos resultados.

Assim sendo, recorreremos à concepção de acessibilidade proposta por Sasaki (2009), que a define como “uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade

humana”. O referido autor também exemplifica que, em determinados contextos, essas dimensões poderão ser compreendidas em diversas formas de acessibilidade ao mesmo tempo, evidenciando como elas se articulam e se complementam no enfrentamento das barreiras existentes.

Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade [acessibilidade arquitetônica, comunicacional e programática], a capacitação de recursos humanos [acessibilidade atitudinal], a flexibilização e adaptação do currículo [acessibilidade metodológica e instrumental] [...] (RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 17, apud SASAKI, 2009).

Embora tenhamos citados estas categorias relacionadas à acessibilidade, é importante destacar que as acessibilidades arquitetônicas, instrumentais e programáticas não são foco de nossa análise, como pontua Miglioli (2017), “no caso de acessibilidade para surdos em bibliotecas, fica clara a evidência na acessibilidade comunicacional e atitudinal”.

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

A primeira categoria refere-se, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), às “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas”, ou seja, atitudes e posturas dos servidores das bibliotecas em relação à inclusão e no atendimento da comunidade surda na biblioteca institucional. Nesse sentido, Mantoan (2015) destaca que o princípio da inclusão implica garantir, desde o início da trajetória educacional, que nenhum estudante seja excluído do ensino regular. Para tanto, defende que o sistema educacional deve ser organizado com base nas necessidades de todos os estudantes, e reforça que “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora” (Mantoan, 2015, p. 20).

Nessa perspectiva, a acessibilidade atitudinal desponta como um dos pilares fundamentais para consolidar uma cultura educacional inclusiva, sendo compreendida, segundo Sasaki (2009), como a dimensão voltada à “eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações” por meio de ações permanentes de sensibilização e conscientização no ambiente pedagógico.

Miglioli (2017) aprofunda a discussão sobre a acessibilidade atitudinal ao situá-la no contexto da surdez no ambiente da biblioteca. A autora propõe um conjunto de ações que visam promover uma comunicação clara e precisa, evitando, assim, a ocorrência de dúvidas ou de interações desajustadas. As orientações incluem:

- (a) estar ciente das indicações na linguagem corporal ou gestuais não-verbais;
- (b) direcionar o foco na pessoa e não na deficiência;
- (c) aproximar o usuário com respeito e aceitação, em oposição à desaprovação ou reserva;
- (d) evitar o sentimento de pena;
- (e) oferecer assistência, do mesmo modo como para qualquer outro usuário em dificuldade ao usar a biblioteca;
- (f) conhecer bem a coleção sobre o tema e as necessidades especiais dos usuários com deficiência;
- (g) utilizar serviços orientados pelo design e experiência do usuário (user experience), sempre que necessário, para atender às necessidades especiais dos surdos. (MIGLIOLI, 2017, p.9)

Sistematizando essas informações, temos o seguinte quadro:

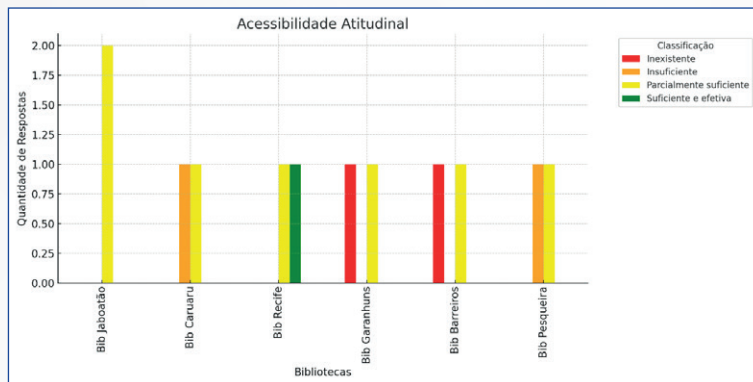
Quadro 2 – Dimensão da acessibilidade atitudinal.

Dimensão	Definição	Implicações em Bibliotecas	Questões analisadas
Acessibilidade Atitudinal	Eliminação de atitudes e comportamentos que excluem ou discriminam pessoas com deficiência. (Brasil, 2015; Sasaki, 2009; Silva, 2012)	Formação de postura inclusivas e acolhedoras em ações de sensibilização; oferecimento de assistência da mesma qualidade que a qualquer usuário.	Capacitação relacionadas à prestação de serviços à comunidade surda; Como atende às necessidades de acessibilidade em eventos, programas e serviços oferecido pela biblioteca.

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Com base nesse referencial, buscamos compreender como os(as) servidores(as) das bibliotecas do IFPE percebem e praticam a acessibilidade atitudinal. Os dados coletados foram organizados no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Classificação da Acessibilidade Atitudinal



Fonte: Elaboração do autor (2025).

Ainda que unidades como Jacoatã e Recife tenham se saído melhor, a predominância de classificações intermediárias reforça a percepção de que os esforços empreendidos ainda são incipientes. Em muitos casos, não há registros de capacitações voltadas especificamente ao atendimento da comunidade surda.

Nesse sentido, uma diretriz da IFLA (2000) ressalta a importância de um treinamento específico para a equipe da biblioteca, com o objetivo de promover a compreensão do atendimento à comunidade surda e de suas necessidades:

Para fornecer serviços adequados e apropriados às pessoas surdas, é necessário que os funcionários tenham compreensão de suas necessidades especiais, incluindo aquelas relacionadas às diversas necessidades de comunicação, cultura surda, coleções especiais de materiais, legendagem de programas de vídeo, dispositivos de escuta assistida, dispositivos de alerta especializados, auxílios de comunicação tecnológica, níveis de leitura etc. Em áreas metropolitanas, pode ser possível fazer arranjos com outros grupos locais que atendem pessoas surdas para fornecer treinamento de conscientização do pessoal no local. Em outras situações, pode ser apenas possível enviar um membro da equipe para receber treinamento formal e ter essa

pessoa responsável por fornecer treinamento para o restante da equipe da biblioteca. (IFLA, 2000, p.12).

A recomendação destaca a necessidade de que as bibliotecas planejem suas ações de modo a incluir, de forma ativa, os(as) estudantes surdos(as), promovendo a acessibilidade atitudinal como base para garantir sua participação plena nas atividades do IFPE.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

A segunda categoria, acessibilidade comunicacional, abrange as condições de comunicação e interação entre servidores(as) e estudantes surdos(as), incluindo o uso de Libras, tecnologias assistivas e materiais informacionais acessíveis.

Compreendido que a Libras é a principal língua da pessoa surda no Brasil – assumindo, inclusive, primazia em relação à língua portuguesa –, torna-se necessário aprofundar o olhar sobre a dimensão da acessibilidade comunicacional nas bibliotecas do IFPE. Entre as dimensões de acessibilidades, uma das mais importantes para a pessoa surda é a acessibilidade comunicacional, pois trata da capacidade das pessoas e lugares comunicar-se com a comunidade surda e que envolve sobretudo o uso da Libras. Recorrendo às definições presentes no Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), acessibilidade é entendida como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, [...] de informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias”.

Miglioli (2017) indica alguns parâmetros para oferecer acessibilidade comunicacional para a comunidade surda nas bibliotecas, são eles: a biblioteca pode buscar e preparar um catálogo com livros relacionados à surdez, comunidade surda, problemas de audição, poluição sonora, sobre Libras e acessibilidades etc; estabelecer contatos com fontes externas, organizações de/para surdos ou editoras a fim de adquirir materiais gratuitos referentes a surdez e surdos, ferramentas de referência e catálogos sobre a temática; verificar a possibilidade de disponibilizar tecnologias

assistivas para intermediar a comunicação com os estudantes surdos: computadores, notebooks, tablets e celulares com o aplicativo VLibras, que é um aplicativo de tradução Português-Libras; e considerar a possibilidade de contratar funcionários surdos qualificados pois serão as pessoas mais indicadas para levar a orientação adequada aos atendimentos, por fazerem parte da mesma comunidade linguística.

Com base nessas referências, foram direcionadas aos(às) servidores(as) das bibliotecas do IFPE questões relacionadas à acessibilidade comunicacional – como a existência de capacitação para comunicação em Libras, a disponibilidade de recursos de tecnologia assistiva, a presença de sinalizações específicas voltada aos(às) estudantes surdos(as), além de aspectos referentes ao material disponibilizado no acervo. Desse modo, temos as informações organizadas conforme o quadro a seguir:

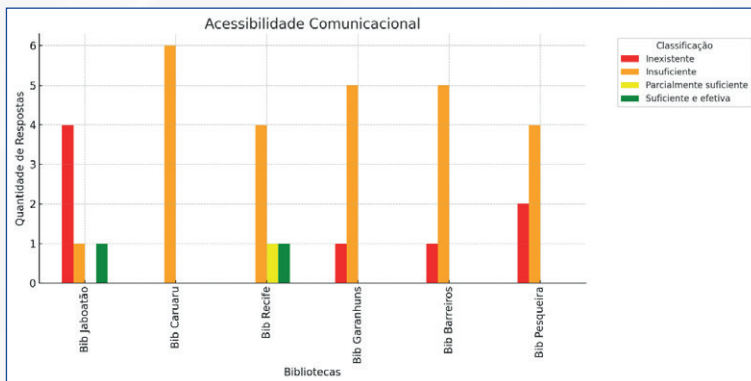
Quadro 3 - Dimensão da acessibilidade comunicacional.

Dimensão	Definição	Implicações em Bibliotecas	Questões analisadas
Acessibilidade Comunicacional	Assegurar a comunicação acessível por diferentes meios e linguas, como Libras, tecnologia etc. (Brasil, 2015; Sasaki, 2009; Miglioli, 2017; IFLA, 2000)	Atendimento em Libras; disponibilidade de tecnologia assistiva; sinalização inclusiva; disponibilidade de livros e materiais referentes à temática e adequada a comunidade surda.	Possibilidade de atender a partir da Libras; formas de comunicação com o público; disponibilidade de tecnologia assistiva; disponibilidade de sinalização que inclua a pessoa surda; disponibilidade de livros e materiais referentes à temática e adequada a comunidade surda.

Fonte: Elaboração do autor (2025).

As respostas obtidas foram de grande contribuição para a compreensão do cenário atual e estão sistematizadas a seguir (Gráfico 2):

Gráfico 2 – Classificação da Acessibilidade Comunicacional



Fonte: Elaboração do autor (2025).

Os dados sistematizados no gráfico 2 evidenciam um cenário marcadamente desfavorável no que diz respeito à acessibilidade comunicacional nas bibliotecas do IFPE. Barreiras estruturais de comunicação, que passam pela capacidade de atendimento a partir da Libras; formas de comunicação com o público; disponibilidade de tecnologia assistiva; disponibilidade de sinalização que inclua a pessoa surda; disponibilidade de livros e materiais referentes à temática e adequada a comunidade surda, além de momentos de ausência de intérpretes e da falta de capacitação dos(as) servidores(as) das bibliotecas. Esse cenário contraria o que preconiza o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que define a acessibilidade como “condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia”, nos espaços e inclusive no acesso à informação.

Nesse sentido, as diretrizes da IFLA (2020) também apontam para a necessidade de preparo técnico e sensibilidade por parte das bibliotecas quanto à diversidade comunicacional da comunidade surda:

Pessoas surdas se comunicam com pessoas ouvintes de várias maneiras. Dependendo de sua formação, grau de deficiência auditiva, identidade cultural e da situação, pessoas surdas podem usar língua de sinais, falar, escrever, gesticular ou usar qualquer combinação destes. Na prestação de serviços de biblioteca, é essencial que o pessoal da biblioteca esteja ciente dessa variedade e que tenham o treinamento necessário para saber o que fazer para entender e serem entendidos confortavelmente. Bibliotecas com uma grande clientela surda devem considerar seriamente garantir que pelo menos um membro

da equipe, responsável pela prestação de serviços às pessoas surdas, seja pelo menos moderadamente fluente em língua de sinais e que outros membros do pessoal de atendimento ao público tenham experiência com sinais básicos, conforme apropriado. (IFLA, 2020, p.14)

Em outro ponto, a IFLA também enfatiza a importância da atualização tecnológica e da atenção às formas de comunicação preferidas pela comunidade surda:

As bibliotecas devem utilizar as últimas vantagens em tecnologia para se comunicar com pessoas surdas onde essa tecnologia tenha se mostrado benéfica dentro da comunidade surda. [...] Por exemplo, o correio eletrônico (e-mail) provou ser um modo de comunicação altamente eficaz entre pessoas surdas e entre pessoas surdas e ouvintes; e, onde quer que serviços de internet estejam disponíveis, o acesso ao e-mail à biblioteca deve ser disponibilizado. À medida que a tecnologia muda, as bibliotecas devem estar cientes dos modos de comunicação aceitos e amplamente utilizados por sua clientela surda, já que, com o tempo, o e-mail pode ser substituído por meios de comunicação mais novos e eficazes. (IFLA, 2000, p.16)

Dessa forma, as diretrizes da IFLA (2000) reforçam uma direção na perspectiva da inclusão da comunidade surda nas bibliotecas, ao afirmarem que:

O objetivo principal de qualquer programa para fornecer serviços às pessoas surdas será incorporar as pessoas surdas à clientela geral da biblioteca, fazendo uso de todas as coleções, programas e serviços da biblioteca. No entanto, as bibliotecas também devem colecionar materiais de interesse especial para as pessoas surdas e para as pessoas ouvintes que precisarão de informações ou terão interesse geral na surdez. Esses materiais incluiriam materiais atuais e históricos relacionados à surdez, obras de e sobre artistas surdos e outras pessoas surdas famosas, materiais relacionados a línguas de sinais e outros modos de comunicação, documentos governamentais, materiais legais e periódicos relacionados à surdez, etc. Como a gama completa de recursos deve estar disponível para a clientela surda da biblioteca, esses materiais não devem ser mantidos como uma coleção fisicamente separada, mas devem ser integrados aos recursos totais da biblioteca. (IFLA, 2000, p.18)

O cenário identificado demonstra que as barreiras comunicacionais continuam sendo um obstáculo central à inclusão da pessoa surda nas

bibliotecas do IFPE, na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica. Como observa Pacheco (2015), “O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização, ou seja, a transformação do educando em sujeito da história”.

ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

A terceira categoria, acessibilidade metodológica, refere-se às práticas e estratégias utilizadas pelas bibliotecas para atender às necessidades específicas da comunidade surda, incluindo a forma como os serviços e atividades são planejados, organizados e disponibilizados.

Nesse contexto, a acessibilidade metodológica, conforme sistematizada por Sasaki (2009), refere-se à adequação de métodos, estratégias e técnicas às diferentes formas de aprendizagem das pessoas com deficiência – o que inclui as especificidades da comunidade surda. No âmbito das bibliotecas, à luz das diretrizes da IFLA (2000), isso se traduz em práticas como: o modo como os(as) servidores(as) planejam e executam serviços voltados ao público surdo; as parcerias estabelecidas com outras instituições para consultoria, orientação, referência ou apoio técnico; e a organização interna da biblioteca para viabilizar programas e ações inclusivas.

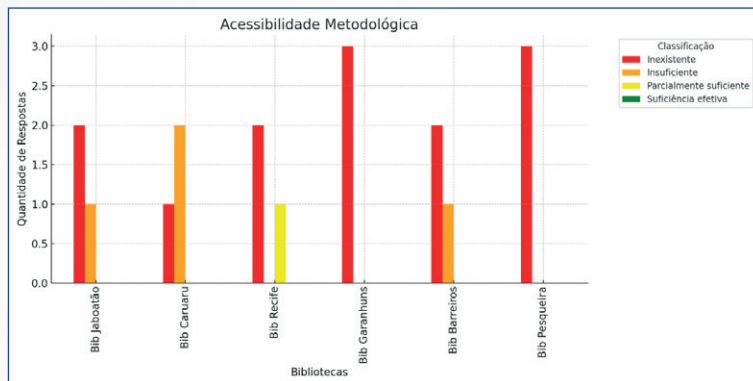
Quadro 4 – Dimensão da acessibilidade metodológica.

Dimensão	Definição	Implicações em Bibliotecas	Questões analisadas
Acessibilidade Metodológica	Adaptação de métodos, estratégias e recursos às formas de aprendizagem da pessoa com deficiência. (Sasaki, 2009; Brasil, 2015)	Planejamento e implementação de serviços específicos para a comunidade surda.	Percepção do(a) servidor(a) para desenvolver ou implementar serviços; parcerias ou colaborações de outras instituições para ser de referência para aprimoramento dos serviços; promoção de programas e serviços que incluam a comunidade surda.

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Com base nesse entendimento, buscou-se compreender como os(as) servidores(as) das bibliotecas do IFPE percebem e aplicam o conceito de acessibilidade metodológica em suas práticas. O gráfico a seguir ilustra esse panorama:

Gráfico 3 – Classificação da Acessibilidade Metodológica



Fonte: Elaboração do autor (2025).

O gráfico referente à acessibilidade metodológica nas bibliotecas do IFPE revela um quadro crítico e amplamente desfavorável. As análises mostram que as bibliotecas do IFPE ainda carecem de ações sistemáticas voltadas à adaptação de seus serviços. A grande ausência de iniciativas nessa dimensão evidencia uma lacuna significativa na atuação das bibliotecas enquanto espaços educacionais inclusivos. Este panorama pode sugerir que a mediação da informação e a prestação de serviços ainda não consideram as necessidades pedagógicas dos(as) usuários(as) surdos(as), o que compromete o princípio de equidade no acesso à informação.

Sobre essa questão, a IFLA (2000) compreende essa responsabilidade deve ser atribuída a um bibliotecário profissional que possua as capacitações a esse status profissional:

As bibliotecas se esforçam para fornecer o melhor serviço possível à sua clientela. É imperativo que o mesmo nível de serviço disponível para a comunidade em geral da biblioteca esteja igualmente disponível para a clientela surda. Para alcançar esse objetivo, a atenção de um bibliotecário treinado e profissional é necessária no design e na operação do serviço. O nível eventual de atenção profissional direcionada ao serviço

dependerá de muitos fatores, incluindo o tamanho da biblioteca, o tamanho de sua comunidade em geral e o tamanho de sua comunidade surda. No entanto, a quantidade de tempo da equipe profissional dedicada ao serviço deve ser suficiente de acordo com as demandas e as praticidades das circunstâncias individuais de cada biblioteca. Em bibliotecas com uma comunidade surda muito pequena, o mínimo poderia ser que o design e a supervisão do serviço fossem realizados por um bibliotecário profissional responsável por um serviço maior no distrito. (IFLA, 2000, p.12).

Por fim, buscamos compreender de que maneira as bibliotecas promovem ações — como programas, serviços e eventos — voltadas à comunidade surda, a fim de identificar se há, de fato, uma intencionalidade no acolhimento e na inclusão desse público dentro do espaço pedagógico que a biblioteca representa. Nesse aspecto, a IFLA (2000) recomenda que as bibliotecas promovam intensamente as ações voltadas à comunidade surda, argumentando da seguinte forma:

Porque pessoas que são surdas desde o nascimento ou de uma idade precoce frequentemente têm dificuldade com a leitura, elas tendem, em geral, a não usar bibliotecas. É essencial, portanto, que as bibliotecas direcionem seus esforços de marketing para sua clientela surda; caso contrário, o trabalho e os recursos alocados para fornecer serviços terão valor mínimo. Por essas mesmas razões, esse esforço precisará de um planejamento especialmente cuidadoso. (IFLA, 2000, p.22).

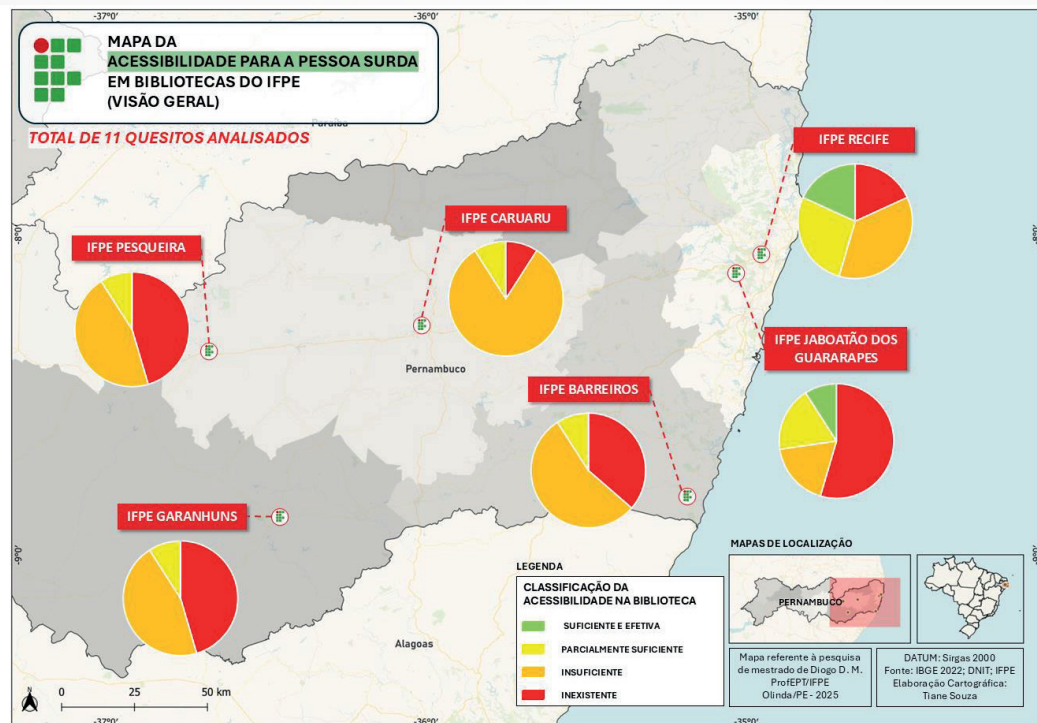
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sistematização e análise das respostas dos questionários aplicados aos profissionais de biblioteca, foi possível traçar um panorama que aponta para a predominância das classificações “inexistente” e “insuficiente” nas ações voltadas à inclusão do público surdo. Tais resultados servem de pressuposto para (re)pensarmos o papel das bibliotecas como espaços de formação, pesquisa e cidadania, reforçando seu caráter pedagógico, que precisa estar bem estruturado para incluir também, entre suas ações, uma população que, historicamente, vive às margens do acesso à informação — a comunidade surda —, especialmente em ins-

tituições públicas de ensino que assumem, por princípio, o compromisso com a inclusão.

No sentido de visibilizar os dados levantados, desenvolvidos e discutidos, apresentamos uma visão geral integrada das dimensões de acessibilidade – atitudinal, comunicacional e metodológica – investigadas nas bibliotecas participantes da pesquisa. O mapa reúne e sistematiza os dados coletados nas bibliotecas dos campi Recife, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Garanhuns, Pesqueira e Barreiros, permitindo uma compreensão panorâmica do cenário analisado.

Mapa 2 – Visão geral integrada das acessibilidades.



Fonte: Elaborado por Tiane Souza a partir dos dados da pesquisa (2025).

Também é necessário destacar o papel do NAPNE, núcleo responsável pela promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às pessoas com necessidades específicas. Compete a esse núcleo desenvolver ações que viabilizem a implementação de políticas de inclusão, em con-

sonância com as demandas dos campi do IFPE. Ressaltar esses aspectos é fundamental para evidenciar o compromisso institucional do IFPE com a inclusão de pessoas com deficiência, reforçando sua atuação na promoção da equidade no âmbito da educação profissional e tecnológica.

Ao longo do percurso investigativo, foram reunidos dados que evidenciam um cenário marcado por fragilidades e desigualdades no atendimento à comunidade surda, especialmente nas dimensões comunicacional, atitudinal e metodológica da acessibilidade. Os dados apresentados, portanto, reforçam a urgência de políticas institucionais mais consistentes, assim como da formação continuada de profissionais, a fim de garantir um atendimento acessível e de qualidade nas bibliotecas do IFPE.

As barreiras atitudinais, metodológicas e, sobretudo, comunicacionais – esta última identificada como a principal limitação enfrentada pela comunidade surda nas bibliotecas analisadas dos campi do IFPE – ainda geram impactos profundos na inclusão educacional desses(as) estudantes. Tal realidade reforça a necessidade urgente de ações institucionais mais firmes e sistemáticas que promovam a equidade no acesso à informação e à formação na educação profissional e tecnológica.

Diante desse cenário, evidencia-se a urgência de políticas institucionais que assegurem formações continuadas em Libras, a inclusão de profissionais com fluência na Língua Brasileira de Sinais e o fortalecimento do papel dos NAPNEs como instâncias articuladoras dessas ações, sobretudo nos espaços da biblioteca.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEE-I). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, [2002].

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 6. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Guidelines for Library Services to Deaf People. 2. ed. Edited by John Michael Day. The Hague: IFLA, 2000. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/62.pdf>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MIGLIOLI, S., & SANTOS, G. A. dos. (2017). Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Revista ACB, 22(1), 136-149.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

PACHECO, Eliezer. Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. 67 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. Educação não inclusa: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPE). Recife, 2012. 595f.: Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Recife, 2012.